



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE IMPERATRIZ

VARA ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

*Apresentar na 1ª
Reunião, e/ou para os
membros.*

03.06.11

Ofício s/nº

Imperatriz (MA), 27 de maio de 2011.

A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR
DESEMBARGADOR JAMIL DE MIRANDA GEDEON
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
SÃO LUÍS-MARANHÃO

Senhor Presidente,

Honra-nos reportarmo-nos a Vossa Excelência, e
o fazemos em atitude de colaboração a essa Presidência, para
encaminhar **proposta conjunta** de criação da Coordenadoria da
Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, nos termos
da Resolução nº 128 de 17 de março de 2011 do Conselho
Nacional de Justiça.

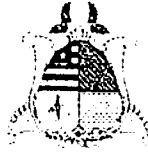
Ao ensejo, renovamos votos de elevada estima e
distinta consideração.


SARA FERNANDA GAMA

Juíza de Direito
Vara Mulher – Imperatriz


NELSON MELO DE MORAES RÉGIO

Juiz de Direito
Vara Mulher – São Luís



ESTADO DO MARANHÃO

PODER JUDICIÁRIO

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO Nº /2011

Institui a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, nos termos da resolução nº128, de 17 de março de 2011, do Conselho Nacional de Justiça.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a Resolução nº 128, de 17 de março de 2011, do Conselho Nacional de Justiça e a aprovação por decisão plenária administrativa em...;

CONSIDERANDO, a prioridade do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres;

CONSIDERANDO a necessidade de unificar e expandir as medidas de proteção e os projetos voltados às mulheres em situação de violência doméstica e familiar;

CONSIDERANDO a necessidade de especializar os profissionais do Poder Judiciário do Maranhão para atuação direta com mulheres em situação de violência doméstica e familiar;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Coordenadoria Estadual da Mulher, órgão permanente de assessoria da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, com as seguintes atribuições:

I – elaborar sugestões para o aprimoramento da estrutura do Judiciário na área do combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra _____ as _____ mulheres;

II – dar suporte aos magistrados, aos servidores e às equipes multiprofissionais visando à melhoria da prestação jurisdicional;

III – promover a articulação interna e externa do Poder Judiciário com outros órgãos governamentais e não-governamentais;

IV – colaborar para a formação inicial, continuada e especializada de magistrados e servidores na área do combate/prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres;

V – recepcionar, no ^{Estado do Maranhão} ~~âmbito de cada Estado~~, dados, sugestões e reclamações referentes aos serviços de atendimento à mulher em situação de violência, promovendo os encaminhamentos e divulgações pertinentes;

VI – fornecer os dados referentes aos procedimentos que envolvam a Lei nº 11.340/2006 ao Conselho Nacional de Justiça de acordo com a parametrização das informações com as Tabelas Unificadas do Poder Judiciário, promovendo as mudanças e adaptações necessárias junto aos sistemas de controle e informação processuais existentes;

VII – atuar sob as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça em sua coordenação de políticas públicas a respeito da violência doméstica e familiar _____ contra _____ a _____ mulher.

Art. 2º A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar será composta por:

- I- Um desembargador, que presidirá;
- II- Os Juizes das Varas Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- III- Um Juiz representante de cada um dos pólos judiciários, com competência para aplicar a Lei 11.340/2006;

Parágrafo único. Os membros da Coordenadoria serão designados por ato do presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 3º A Coordenação da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar contará com o apoio de equipe multiprofissional do Poder Judiciário, composta por assistentes Sociais e psicólogos.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO
ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, EM... DE 2011.

Desembargador JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE